

O IMAGINÁRIO OLIGÁRQUICO E A MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA NO BRASIL: PILHAGEM, APROPRIAÇÃO E ESPECULAÇÃO*

Paulo Henrique Martins**

RESUMO

O processo de modernização na agricultura não conduziu o país à modernidade, como ocorreu na Europa. As oligarquias agrárias, conduzidas pela razão mercantilista, especulativa e dilapidadora de recursos humanos e naturais, apropriaram-se do processo, garantindo sua sobrevivência. Assim, a razão capitalista ingressa no campo, mas sob formas e contingências condicionadas pelas estruturas de poder arcaicas. O Estado, com sua política de crédito, é o grande estimulador deste processo. Sob o discurso – partilhado pelos economistas e planejadores de esquerda e de direita – de introduzir a razão capitalista e extinguir as estruturas arcaicas a modernização agrária conduz à reprodução, sob forma diferenciada, das velhas oligarquias. Esta tese o autor sustenta estudando os projetos financiados pela SUDENE no Nordeste. A partir de uma pesquisa na região, os projetos de modernização da agricultura são classificados em três tipos, segundo as formas de apropriação realizadas pelas oligarquias locais.

Introdução

A modernização agrária no Nordeste, ao longo dos últimos trinta anos, traduz, com clareza, uma das principais tendências da modernização agrária brasileira: a de um forte movimento destrutivo e especulativo resultante da “praxis” de reforço e renovação simbólica do “imaginário arcaico ou pré-moderno” que sustenta a estrutura do poder oligárquico há vários séculos.

Gostaria de lembrar, inicialmente, que o sentido desta modernização agrária – que os economistas adoram chamar de “modelo de desenvolvimento” – foi determinado pela “atualização” simbólica do imaginário oligárquico brasileiro, que é uma das formas de expressão do imaginário fundado secularmente

* Traduzido do francês por Cristina Carvalheira do Nascimento.

** Sociólogo, Professor da Universidade de Pernambuco (FESP).

sobre o desejo de pilhagem e de uso destrutivo e especulativo das riquezas naturais e daquelas transformadas pelo homem. Sua atualização, pelas oligarquias, torna-se decisiva para a conservação da lógica de dominação tradicional baseada no clientelismo, que joga um papel central na regulação de algumas instituições econômicas, sociais e políticas.

Neste contexto, vou chamar a representação lógica deste imaginário patrimonialista de "razão patrimonialista pré-moderna" para estabelecer as condições sócio-históricas particulares que serviram de base ao ordenamento das imagens arquetípicas primordiais das oligarquias e à sua auto-criação social. O uso do termo "razão" serve também para estabelecer uma linguagem que facilite a compreensão das diferenças existentes entre o imaginário patrimonialista e o capitalista, que inspira o que se chama habitualmente de "razão burguesa" ou "razão ocidental moderna".

Esta reflexão teórica sobre os fundamentos aparentemente "não visíveis" do "agir" oligárquico permite compreender melhor o movimento de instituição do sócio-histórico para estas oligarquias, particularmente no Nordeste. Mas também serve para mostrar a continuidade de um trabalho imaginário anterior, de criação simbólica e institucional dos interesses oligárquicos fundiários tradicionais na trama da modernização "nacional" brasileira ao longo do século XX.

O Nordeste agrário emerge como um campo territorial e político privilegiado para a reflexão sobre o caráter conservador da instituição imaginária da modernização na medida em esta região foi, irrefutavelmente, o berço do oligarquismo brasileiro. Através do caso Nordeste creio poder demonstrar que o programa de modernização agrária implantado não resultou necessariamente na eliminação do "tradicional" pelo "moderno". Minha tese é que, ao contrário, a instituição da modernização contribuiu para reproduzir o poder arcaico através da atualização anteriormente mencionada.

A Razão Patrimonialista

A razão patrimonialista é pré-moderna no sentido estrito do termo, na medida em que ela precede, fenomenologicamente, a razão utilitarista moderna que funda a sociedade sobre o cálculo econômico e o interesse, cuja generalização na Europa provocou a destruição da ordem societal tradicional. Porém, ela não tem uma significação puramente anti-moderna e objetivamente tradicional como a razão "não-utilitarista" própria à cultura do ócio da nobreza medieval européia, opondo-se em todos os pontos à cultura burguesa, que a substituirá mais tarde. Deve-se antes afirmar que ela é "semi-utilitarista" e "semi-moderna", pois foi ela quem estruturou a lógica mercantilista do projeto colonizador europeu, destruiu as sobrevivências da economia senhorial e inaugurou as transformações gerais que resultaram na sociedade moderna. Seu utilitarismo é parcial na medida em que a idéia de utilidade, que orienta o funcionamento da sociedade de mercado, não foi ainda generalizada e se defronta com a moral cristã e seus princípios não-utilitaristas de justiça, dever e piedade que foram, por longo tempo, a base do catolicismo colonizador. Ela advém, de fato, de uma pulsão real de apropriação rápida das riquezas materiais através da pilhagem, de exploração selva-

gem ou de troca de mercadorias, que não são suficientes, de per si, para estruturar culturalmente a sociedade dita moderna, onde a emancipação exige modificações qualitativamente distintas.

A razão patrimonialista mercantil diferencia-se da razão utilitarista burguesa na medida em que ela, apenas parcialmente, é dominada pela moral do "cálculo de interesse", moral esta portadora de valores indispensáveis ao sucesso da sociedade industrial. Por outro lado, distingue-se da "razão tradicional", entre outros, pelo fato de que a idéia de "riqueza" no mundo das significações arcaicas não tem um fim útil em si mesma pois ela é dominada por um código moral que valoriza a riqueza apenas como meio de satisfação de outras necessidades importantes, porém não diretamente utilitaristas e fora do universo da mercadoria, como o prestígio, a honra e o exercício do poder.

O imaginário patrimonialista desempenhou um papel importante na expansão da economia de mercado e na edificação das sociedades industriais. Efetivamente, é com a empresa mercantilista que o movimento de "apropriação pelo enriquecimento fácil" transformou-se qualitativamente: de um movimento de pura pilhagem e apropriação das riquezas, arbitrário e impreciso em seus incílios, passou a um outro fundado sobre critérios mais rigorosos de ganho e perda, permitindo uma melhor diferenciação entre os bens a comercializar e aqueles a transformar, encorajando a aprendizagem do trabalho e a investigação de novas técnicas. Esta modificação qualitativa, e historicamente significativa, do ritual dos agentes no jogo de mercado traduz a subordinação da prática especulativa e nitidamente destrutiva do mercantilismo para aquela da previsão e da antecipação das ações visando maximizar os lucros e minimizar as perdas.

Na Europa, esta reinvenção do "agir" dos atores, pela transformação da utilidade como valor instituinte da sociedade, contribuiu para introduzir modificações radicais nos sistemas políticos, que conduziram à quebra das hierarquias rígidas das sociedades das ordens e das castas e à equalização das condições políticas de acesso para todos os indivíduos – os cidadãos – à economia de mercado. O encadeamento dos fatos históricos avançou, portanto, no sentido de uma submissão da razão pré-moderna à razão utilitária moderna. Estas observações permitem sinalizar, desde já, um dos pontos centrais deste texto: o acontecimento da modernidade na Europa não é um fenômeno generalizável e arbitrariamente disponível a todas as sociedades, como se fosse uma tendência universal irreversível. Tal representação, além de ilusória, tem trazido um prejuízo enorme a numerosas populações do globo, particularmente àquelas do Terceiro Mundo. A submissão da lógica da pilhagem indeterminada à lógica do cálculo de riscos determinados é uma mudança cultural muito específica da história européia, e sua generalização fora deste continente é, ainda, excepcional.

Na maior parte dos países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, a coexistência problemática de várias lógicas instituintes do poder e da sociedade tem sido, até hoje, a regra. É, portanto, nesta ótica de confrontação política de forças submetidas a imaginários opostos – o imaginário patrimonialista holista, de um lado, o imaginário utilitarista individualista, nascido da economia de mer-

cado, de outro – que se deve buscar o sentido das transformações das últimas décadas no Nordeste.

Levando em consideração a complexidade da sociedade brasileira, é particularmente importante compreender, no sistema complexo de significações imaginárias, quais são os elementos lógicos que ordenam e determinam a forma como as oligarquias se valorizam e se representam simbolicamente a si próprias e a forma como representam o mundo exterior à sua experiência particularista e holista. Esta lógica é, em princípio, a da apropriação de riquezas materiais através de meios políticos freqüentemente autoritários, que garantem o usufruto de privilégios do indivíduo ou do grupo de identificação e também a integridade da potência holista, isto é, de uma potência que assegura a diferenciação hierárquica dos indivíduos segundo os critérios que privilegiam, sobretudo, a unidade do "Príncipe", como os critérios de herança e lealdade. O exercício desta potência garante também o sistema clientelista de apropriação e de distribuição das riquezas produzidas pela sociedade. O que é o coração da razão patrimonialista.

O Poder Patrimonialista

O imaginário mercantilista, que institui o poder patrimonialista, é aquele que orientou a aventura colonizadora portuguesa e a fundação da sociedade patrimonialista brasileira a partir do século XVI.

A variedade de riquezas naturais e as amplas possibilidades de exploração econômica desta colônia tropical das Américas atraíram a atenção e suscitaram a esperança de enriquecimento fácil e rápido da nobreza e dos mercadores portugueses. A concessão de grandes extensões de terras, as sesmarias, foi a solução mais simples para proteger a colônia das ameaças francesas e inglesas e para garantir o desenvolvimento de uma exploração econômica capaz de alimentar as caixas do Estado patrimonialista português. Ao que se pode acrescentar que as concessões de sesmarias eram adequadas às possibilidades financeiras e demográficas de Portugal na época.

É verdade que, ao longo dos séculos, a trama da modernização modificou as formas de ordenamento interno e de representação externa da ordem patrimonialista com a abolição da escravatura, a regulamentação do trabalho livre, a expansão econômica industrial e urbana, a emancipação política republicana, a extensão do direito de voto às mulheres e aos pobres e, sobretudo, a emergência dos movimentos sociais.

A despeito destas evoluções, a sociedade brasileira e, nesta, particularmente a nordestina, é marcada fortemente pela presença dos sinais e tabus do poder tradicional que garantem, por exemplo, ainda hoje, a estabilidade sócio-política dos grandes latifundiários. Isto não é uma simples coincidência, na medida em que o poder patrimonialista sempre foi, naturalmente, muito dependente de sua base agrária exportadora, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. De um lado, o "Príncipe" dependia dos recursos fiscais provenientes das exportações, necessários ao funcionamento do estado patrimonialista – um funcionamento baseado sobre uma forte redistribuição clientelista do dinheiro e de outros serviços a todos os burocratas civis e militares, às

oligarquias religiosas e políticas, como também às oligarquias fundiárias. De outra parte, a legitimidade política do poder patrimonialista era assegurada, em grande parte, graças às oligarquias fundiárias, que encarnavam pessoalmente e, talvez de maneira muito transparente, durante muito tempo, a potência absoluta do "Príncipe". No século XX, estas oligarquias continuaram a exercer seu papel de base legitimadora do poder patrimonialista através do monopólio das redes políticas e administrativas locais.

Os acontecimentos do Pós-Guerra contribuíram para modificar, de maneira definitiva, os termos da dependência material e simbólica, com repercussões importantes sobre a estrutura política destas sociedades erguidas a partir da lógica patrimonialista mercantilista. A partir dos anos cinquenta o imaginário da modernização tornou-se culto à "ideologia do desenvolvimento" difundida pelos intelectuais e universidades norte-americanas, com a criação de faculdades e centros de estudos econômicos na América Latina e o surgimento de uma geração de economistas planejadores. A institucionalização do culto ao desenvolvimento deu continuidade ao processo de construção simbólica da "Nação moderna" que tem suas raízes plantadas nos anos vinte.

No período da democracia populista (1945:1964), o mito desenvolvimentista foi ritualizado pela enorme pressão de mudança da estrutura de poder e, principalmente, da estrutura agrária. Tratava-se, fundamentalmente, de uma corrente que visava a introduzir uma racionalidade econômica e instrumental na sociedade, o que, teoricamente, contrariava profundamente o interesse e as regras de jogo da ordem patrimonialista.

Assim, toda a trama da discussão sobre o desenvolvimento econômico, surgida no seio da sociedade urbana e industrial ao longo dos anos cinquenta, e que influencia largamente a opinião pública, dirigiu-se para o questionamento da importância instituinte desta razão particularista pré-moderna que justificava a sobrevivência de uma sociedade holista hierarquizada – sociedade cuja base de poder era um obstáculo a toda saída política aberta uma participação universal dos novos atores sociais. Uma sociedade cujo código moral, encarnado no poder do "Príncipe", contrariava diretamente os sonhos democráticos das novas camadas sociais urbanas.

Os avanços democráticos desta época e o questionamento dos privilégios da ordem patrimonialista pelos movimentos políticos organizados conduziram os mestres do poder a articular uma estratégia de sobrevivência, cujo sucesso foi coroado com o golpe de estado de 1964. Esta saída anti-constitucional abortou os movimentos políticos que visavam à modificação das instituições econômicas e políticas patrimoniais arcaicas, em particular a estrutura agrária, e tornou possível uma via modernizadora de tipo conservadora, cujo fracasso evidente encontra-se no centro das lutas populares no Brasil, hoje.

A Tragédia Política de 1964

O golpe militar de março de 1964 teve suas origens em importantes decisões que demonstraram o destino socialmente trágico do imaginário modernizador do campo agrário brasileiro. Na prática, ao contrário do que se passou na

história de certos países europeus, estes acontecimentos significaram a diminuição das capacidades de pressão política dos trabalhadores rurais e das classes médias "modernizantes", que desempenharam um papel, enquanto atores sociais importantes, para a criação e a representação de iniciativas políticas coletivas necessárias à transformação de mundo rural. A partir daquele momento esta modernização ganhou uma face abertamente conservadora reforçando, de uma parte, os interesses patrimonialistas e, de outra parte, o fenômeno da exclusão social.

O golpe de estado permitiu, aos antigos proprietários, melhor se posicionar politicamente nas instâncias responsáveis pela elaboração e execução das políticas de desenvolvimento no mesmo movimento de eliminação dos mecanismos jurídicos e políticos que garantiriam a representação do imaginário modernista. O ano de 1964 registra, assim, um momento importante de adaptação da antiga ordem patrimonialista à sociedade industrial de mercado. A eliminação das instituições democráticas permitiu aos antigos "donos do poder" (as oligarquias fundiárias, a antiga burocracia militar e civil) e aos novos associados (os grandes grupos industriais e financeiros) de concluir um pacto político restrito, porém eficaz. O pacto tornou-se exequível graças à utilização do aparelho de estado em proveito dos "donos", através da ampliação de um certo mecanismo de acesso aos canais de decisões políticas e administrativas e à divisão seletiva dos recursos públicos destinados à modernização agrária. Este mecanismo, velho de séculos, agora renovado, é o clientelismo, que tem um papel decisivo para a manutenção da unidade e da identidade da ordem patrimonial.

A ruptura da ordem constitucional permitiu às antigas forças políticas do Nordeste retomar o controle da designação dos dirigentes dos organismos de planificação e de financiamento do "desenvolvimento", do sistema de acesso à função pública e de influenciar a elaboração, execução e fiscalização dos investimentos destinados ao "desenvolvimento". Houve, assim, a apropriação efetiva pelo "Príncipe" e seu novo aliado, o "Burguês", dos recursos financeiros e técnicos. As oligarquias agrárias souberam, por exemplo, usar o financiamento da modernização para aumentar a extensão física de suas terras ou adquirir mansões, apartamentos ou terrenos nas zonas de especulação urbana, como aquelas à beira-mar.

A Questão Agrária e os Beneficiários da Modernização

A situação agrária do Nordeste, hoje, é o resultado histórico de relações de forças que se radicalizaram nos anos cinquenta e desembocaram na solução violenta e precária de 1964. Ela resulta de conflitos de interesse que opõem, desde os anos cinquenta, os membros da antiga ordem patrimonial dominante – em particular as oligarquias fundiárias e a burocracia estatal – aos empresários modernos, à classe média urbana e aos trabalhadores rurais. E ela é reveladora da maneira como, face às pressões modernizadoras, a ordem patrimonialista redefine suas estratégias em um contexto de expansão do mercado e industrialização urbana aceleradas. Estas pressões têm efeitos diversos sobre o funcionamento do estado, sendo este obrigado a se modernizar para responder

aos novos interesses políticos e a instaurar os mecanismos institucionais necessários à empreitada "desenvolvimentista".

Ao nível do poder central, o surgimento de uma burocracia moderna "desenvolvimentista" encarregada de planificar o "desenvolvimento nacional" e "regional" e a adoção de iniciativas políticas concretas, destinadas a repensar a participação do Estado na passagem da ordem "tradicional" à ordem "moderna", favoreceram a emergência das idéias modernizantes na opinião pública.

A formulação de uma estratégia de modernização agrária para a região foi sistematizada desde 1956 por um grupo de economistas influenciados por Celso Furtado, teórico da CEPAL e diretor-geral do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Designado pelo próprio Presidente da República, Furtado viu-se coordenando o GTDN (Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste), cujo objetivo era o de definir as ações concretas indispensáveis à transformação da estrutura agrária tradicional, particularmente da zona açucareira, da zona da Mata do estado de Pernambuco, e do algodão/pecuária do Sertão. Tratava-se, segundo Furtado e seus seguidores, de introduzir uma racionalidade instrumental na economia tradicional visando a aumentar a produtividade agrícola e estimular o consumo produtivo e a expansão industrial. A destruição das práticas "não-rationais" tradicionais – particularmente da pequena produção – consideradas como "obstáculos ao desenvolvimento" deveriam ser, segundo eles, objeto de uma ação conduzida pelo Estado a partir de certas modificações da estrutura fundiária, da introdução de novas tecnologias e da abertura de linhas de crédito àqueles interessados em participar dos programas de modernização agrária.

A questão agrária aparecia, então, como uma das tensões mais graves da trama modernizadora, na medida em que ela delimitava nitidamente a antinomia entre dois imaginários, o dos que queriam uma saída "progressista" – modernizar através de transformação da estrutura agrária – e aqueles que exigiam uma saída "conservadora" – modernizar sem transformar a estrutura agrária. Para os primeiros, tratava-se de quebrar a estrutura oligárquica pela reforma agrária, considerada como indispensável à incorporação do maior número de trabalhadores ao setor produtivo. Para os segundos, tratava-se de preservar a estrutura agrária tradicional, não importando a qual preço, para assegurar a reprodução do poder oligárquico.

Globalmente, a modernização agrária no Nordeste pode ser definida como o resultado da implantação de um programa agenciado pelo Estado e inspirado por uma certa ideologia econômica – a da "economia do desenvolvimento" – cuja consequência principal foi a eliminação do emprego produtivo através da destruição da vida camponesa em proveito, principalmente, da expansão da pecuária extensiva. O encorajamento desta atividade tradicional mostrou-se muito apropriado ao sucesso da modernização oligárquica e à atualização da razão mercantilista especulativa. Sobretudo porque a pecuária extensiva é uma atividade que oferece muito pouco risco: ela não exige nem uma estrutura administrativa complexa, nem funcionários especializados. Ela engaja um número limitado de trabalhadores e é relativamente protegida das flutuações de preços graças ao seu aspecto auto-reprodutivo, herança da antiga economia latifundiária.

Rapidamente, esta atividade mostrou-se um meio eficaz e facilmente controlável para apropriar o crédito governamental e, em conseqüência, criar mais "riquezas" individuais. Esta exploração extensiva que, em um país capitalista avançado seria objeto de atenção limitada dos empresários, suscitou, no caso brasileiro, uma atenção extrema da parte dos candidatos ao crédito governamental. Na verdade, a atração das oligarquias pela modernização era a revelação de seu imaginário arcaico a partir do binômio terra/crédito. A possibilidade de apropriação do crédito governamental era diretamente proporcional à quantidade de terras juridicamente registradas pelo proprietário no momento da apresentação do projeto. O caráter especulativo da pecuária tradicional mostrou-se muito funcional para uma economia como a brasileira (submetida a uma conjuntura inflacionária permanente), a terra e o gado funcionando como reservas eficazes para valorizar o patrimônio, contribuindo para eliminar os riscos de uma economia de mercado complexa.

De forma geral, é necessário sublinhar que a "razão da pilhagem, da apropriação e da especulação" dominou, em diversos níveis, o ritmo de implantação de todos os projetos em direção à modernização da agricultura da região – inclusive aqueles sob controle de grupos econômicos capitalistas – e da demanda de crédito pelo proprietário, até a aprovação final de seu projeto: a mesma razão que fez funcionar o conjunto da rede clientelista, garantindo a harmonia da estratégia "desenvolvimentista".

Mas não são apenas as antigas oligarquias fundiárias ou os novos empresários de origem urbana que se aproveitaram da situação. É necessário assinalar as responsabilidades das oligarquias políticas e da burocracia civil e militar que lucraram, de sua parte, com a implantação do "Estado desenvolvimentista" e da concentração do poder institucional, a partir de 1964, para ampliar seu próprio poder ao nível das instâncias estatais de decisão. A burocracia civil, por exemplo, utilizou os mecanismos clientelistas para aumentar direta e indiretamente sua renda pessoal e seu nível de consumo: tanto através de serviços "técnicos" especializados, destinados aos "clientes" externos – como é o caso, por exemplo, nas ocasiões de preparação dos projetos de modernização – quanto através da auto-atribuição de gratificação suplementar pelo exercício das "funções públicas".

O papel do pessoal da função pública para o projeto desenvolvimentista não se reduziu a tarefas burocráticas e políticas necessárias ao funcionamento do sistema clientelista. Estes economistas – notadamente os planejadores – tiveram igualmente um papel na elaboração das grandes linhas do "discurso tecnocrático do desenvolvimento" e isto independentemente de suas ideologias de direita ou de esquerda. Legitimar a idéia da modernização agrária julgada válida para o símbolo "desenvolvimento do Brasil" em seu conjunto era uma necessidade inerente ao funcionamento da economia de mercado na conjuntura internacional dos anos sessenta e setenta. Dar uma imagem ilusória do Estado centralizador e torná-lo o principal e único mecanismo simbólico do sucesso do "projeto nacional" foram as duas idéias centrais deste discurso. O primeiro foi útil para ocultar uma questão política decisiva para a compreensão do processo de modernização agrária: o fato de que este processo era o resultado de uma

intervenção autoritária do Estado na sociedade. e que este autoritarismo sustentava-se na eliminação da experiência democrático-populista e sobre a repressão dos movimentos populares. O segundo eixo serviu para esconder a natureza socialmente perversa da lógica patrimonialista que informava o funcionamento da máquina estatal clientelista responsável pela eficácia do autoritarismo desenvolvimentista. Esta ideologia estatal serviu igualmente para justificar o processo de apropriação dos recursos da modernização pela ordem patrimonialista.

Concretamente, os resultados práticos desta modernização agrária do Nordeste podem ser classificados segundo a intensidade da resistência da razão patrimonialista arcaica à introdução de uma razão calculista moderna fundada sobre o interesse e o lucro – o que domina teoricamente o universo significativo dos “economistas do desenvolvimento”. Este constitui, sem dúvida, o principal problema da modernização agrária dependente, que é um outro ponto importante desta reflexão. Isto na medida em que esta ação modernizante remete à delicada operação de ajustamento de um “modelo teórico estrangeiro” à vontade política e à disposição cultural de certos grupos dominantes cujos imaginários são umbilicalmente ligados a valores tradicionais pertencentes a uma ordem mercantilista e particularista pré-moderna.

Esta oposição inicial a um “modelo teórico de desenvolvimento” foi superada através da implementação de uma estratégia de resistência, de adaptação e de criação histórica que consistiu, no plano simbólico, em se apropriar da representação imaginária da modernização e, no plano político, em criar mecanismos institucionais necessários para operar esta apropriação. A privatização do crédito agrícola foi o resultado prático desta estratégia de modernização oligárquica. De certa maneira, a novidade da modernização limitou-se principalmente à renovação do discurso patrimonialista das oligarquias, deixando em suspenso a questão da introdução da racionalidade instrumental na agricultura. A passagem da “teoria do desenvolvimento” para a “prática do desenvolvimento patrimonialista” foi mediatizada, evidentemente, pelos mecanismos de regulação clientelistas necessários à proteção da ordem do poder que poderiam impedir eventuais reações de uma opinião pública desfavorável, situada fora do Estado e à margem da rede de clientela. Reações que eram, portanto, inevitáveis, como foi demonstrado pelos acontecimentos posteriores.

As resistências à penetração de uma razão utilitária calculista foram mais fortes onde o poder patrimonialista era visivelmente marcado por sua configuração tradicional, isto é, quando, ao nível das atividades de base, as oligarquias eram diretamente engajadas no sistema clientelista (caso do coronelismo rural). Onde a economia de mercado era mais desenvolvida, as relações clientelistas eram mediatizadas pela justiça ou pelo sistema de repressão policial parcialmente sob o controle do Estado, funções que escapavam à oligarquia. Neste caso, as resistências à adoção da razão calculista, ordenadora e interessada foram menos fortes.

Partindo dos resultados de um estudo encomendado pela SUDENE, em 1987, a um grupo de consultores externos, cujo objetivo era a avaliação das consequências sociais do programa de modernização rural financiado por este

organismo de planificação, elaboraram-se os traços teóricos de uma tipologia que permite melhor compreender o sentido complexo de adaptação e de atualização da ordem político-cultural "patrimonialista" às exigências de transformação impostas pelo programa de modernização.

Como em toda tipologia, os modelos colocados em evidência constituem uma representação simplificada do real. Mas eles são, assim mesmo, um meio eficaz para abordar a problemática da modernização, que demanda um aprofundamento posterior.

As Vias Oligárquicas da Modernização

De uma maneira geral a estratégia de modernização oligárquica no Nordeste efetuou-se por três vias, que se caracterizam por reações relativamente diferentes de resistência/adaptação/criação às pressões transformadoras.

A primeira, que qualifico de "via oligárquica típica", é aquela em que a resistência da razão patrimonialista à razão utilitária calculista na implantação das empresas agrícolas foi a mais robusta. A segunda é aquela em que, embora a razão especulativa domine o funcionamento dos projetos, pode-se observar a existência de certos sinais próprios às empresas modernas: chamemo-la de "via oligárquica transformada". A terceira, enfim, é aquela em que a razão patrimonialista apresenta certos sinais de vitalidade, mas onde a razão calculista utilitária domina: preferi nomeá-la de "via capitalista oligárquica".

Via Oligárquica Típica

Ela compreende os projetos de modernização das zonas mais tradicionais do Nordeste, aquelas situadas no sertão. Trata-se das zonas semi-áridas ocupadas depois do século XVII no quadro dos grandes latifúndios pecuários, em seguida, no século XVIII, do algodão para exportação. Em razão da importância histórica da pecuária, para a instituição da sociedade local, estas zonas – que compreendem porções importantes dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí – foram qualificadas, por Capistrano de Abreu, de "civilização do couro".

O sertão concentra, até hoje, a base mais tradicional do poder patrimonialista do país. É a terra dos antigos coronéis que sempre tiveram uma enorme influência na vida política local e mesmo nacional, exercendo o controle sobre os candidatos e sobre os eleitores. Apenas mais recentemente, em consequência das transformações sociais e políticas, provocadas pela modernização, é que esta ascendência política começou a ser relativamente contestada.

A maior parte dos projetos aprovados foi destinada à pecuária, que sempre foi a "vocalização" econômica tradicional da região. O controle dos projetos frequentemente ficou nas mãos das antigas elites, que asseguraram por este meio a reprodução do imaginário patrimonialista sobre a estrutura social local, mesmo quando se tratava de projetos propostos por indivíduos provenientes de outros locais – antigos tecnocratas ou setores médios urbanos, dispõe de um certo prestígio em nível local, como os médicos.

A adversidade climática destas zonas semi-áridas, a frágil rentabilidade da agricultura tradicional, a distância dos grandes mercados ajudam a compreender por que estes projetos não chamaram a atenção dos grandes grupos econômicos. O programa de modernização, ao inverso, mobilizou o interesse das antigas famílias oligárquicas que encontraram, assim, a oportunidade de perpetuar, ainda por um bom tempo, sua potência tradicional.

Os resultados desta via modernizadora são muito controvertidos e devem ser bem sublinhados, pois eles constituem o ponto central da discussão aqui desenvolvida. Em um primeiro momento, o poder oligárquico saiu reforçado do desenvolvimento destes projetos, na medida em que o dinheiro destinado a seu financiamento permitiu-lhe ampliar sua base econômica, reforçar sua rede de clientela e aceder ao consumo de bens de luxo de caráter simbólico ostentatório (carros, casas modernas, produtos importados, etc.).

Em um segundo momento, esta modernização voltou-se contra o poder oligárquico, sob a ação dos mesmos fatores que tinham contribuído ao seu fortalecimento. De fato, a introdução do crédito bloqueou o movimento de reprodução circular da sociedade patrimonialista local, cuja regulação cultural e política era assegurada pelo paternalismo e pelo "mandonismo". A ação paternalista era a da proteção política incondicional a todos aqueles que davam sinais de fidelidade. O "mandonismo", forma de controle e de repressão arbitrária e sem limite, servia aos coronéis para estabelecer a ordem.

Durante um certo tempo, esta reprodução circular repousava sobre a associação do algodão e do gado, o que contribuía a fixar os indivíduos nas explorações. A parceria constituía um regime de trabalho muito sólido e a proteção política dos proprietários em relação a seus "protegidos" justificava a ausência de regulamentação institucional e jurídica exterior. Estes coronéis detinham uma potência sem limite, como mostra sua capacidade de gratificar os fiéis e punir os contestatários.

A introdução do crédito sacudiu violentamente a unidade social local, na medida em que a valorização imediata das terras era uma das condições jurídicas de acesso ao crédito. O resultado foi a formação de um mercado concorrente de terras baseado numa lógica essencialmente especulativa e não produtiva. Esta valorização especulativa realizou-se de duas maneiras distintas. Um dos meios foi a compra de explorações de terceiros. Considerando-se, porém, a rigidez da estrutura fundiária local, esta expansão não significou necessariamente a incorporação de terras vizinhas, os proprietários hesitando frequentemente em se desfazer de suas terras pelas razões as mais diversas — ligação com as origens familiares ou esperança de uma maior valorização financeira. Conseqüentemente, a expansão efetuou-se irregularmente, sendo marcada sobretudo pela concentração de tipo fragmentado, a corrida à aquisição do maior volume de terras conduzindo frequentemente à posse de explorações dispersas em vários municípios. Isto explica por que a concentração de terra nestas zonas não é tão visível. Esta espécie de concentração fundiária é, evidentemente, diferente de outras formas de concentração que se observam noutros locais, o que se verá em seguida.

A valorização especulativa das terras realizou-se também dentro das

propriedades. A disponibilidade de crédito conduziu as oligarquias a substituir a produção algodoeira por campos destinados à expansão do gado. O "cálculo econômico" foi, aqui, nitidamente especulativo. A criação de gado apareceu a seus olhos como uma ocasião inesperada de se desfazer dos riscos da produção e do comércio do algodão, que era tradicionalmente submetido ao ciclo das secas, das doenças periódicas e das variações de preço dos mercados extra-regionais.

Estes riscos, considerados como normais em uma economia de mercado, sendo eliminados, a ruptura do ciclo algodão/gado colocou as oligarquias diante de uma ameaça bem mais grave. Pois a extinção da produção algodoeira, acompanhada da expulsão dos trabalhadores que moravam em suas fazendas, solapou as bases do mandonismo no mundo rural. Isto constituiu um acontecimento absolutamente novo no sistema político brasileiro, cujas conseqüências manifestaram-se apenas bem mais tarde com a desagregação do poder oligárquico, a mobilização política, a sindicalização dos trabalhadores e o agravamento dos conflitos sociais.

A destruição do sistema econômico tradicional não foi substituído, evidentemente, pela empresa capitalista moderna cuja integração ao mercado poderia contribuir para dinamizar outras atividades econômicas e gerar um mercado de trabalho organizado, possibilitando a absorção da população expulsa dos latifúndios. Ao contrário, a modernização traduziu-se pela criação de uma atividade econômica resistente ao risco de mercado e submetida integralmente ao jogo da especulação financeira subjacente à especulação fundiária. Estas novas "empresas" herdaram, igualmente, todas as práticas ocultas que caracterizam a gestão financeira e administrativa tradicional das fazendas oligárquicas.

Este empobrecimento do antigo sistema patrimonialista mercantilizado do Sertão se manifesta atualmente na qualidade inferior do gado e na falta de vontade criadora e produtora das oligarquias que ocupam a maior parte de seu tempo no prazer do consumo improdutivo, a meditar sobre a trama especulativa financeira, a calcular os ganhos financeiros cotidianos derivados da valorização de seu patrimônio, sob o efeito de uma inflação de difícil controle. Por sua vez, as exigências técnicas preliminares aos projetos apresentados e exigidas para sua aprovação pelos organismos de financiamento, que implicavam, na origem, a adoção do cálculo econômico, foram abandonadas. O abandono da produção leiteira ou de outras atividades agrícolas sujeitas aos riscos de mercado, como a deterioração a céu aberto dos equipamentos destinados ao melhoramento da produtividade econômica, testemunham também o sentido tomado pela modernização.

A ausência de todo o controle democrático – ou simplesmente burocrático – sobre este processo de transformação agrária ajuda a explicar a violência impune a que são submetidos os trabalhadores, particularmente os temporários, que são pagos por tarefas as mais diversas, desde a produção até a manutenção das explorações (derrubada da floresta, colheita de sementes, guarda do gado, etc). Os contratos de trabalho são violados, a lei não é respeitada. O cinismo disfarçado das relações paternalistas deu lugar ao mandonismo mais ar-

bitrário, assim que os trabalhadores se mobilizaram para resistir à expulsão de sua terra ou para exigir outros direitos constantes da legislação rural.

As condições de vida dos trabalhadores agrícolas são também péssimas por causa das precárias condições de habitação e alimentação. Sobretudo porque a destruição progressiva das antigas atividades econômicas significou igualmente a diminuição da produção alimentar da região. Isto, sem considerar que os trabalhadores são privados de direitos elementares de cidadania, tais como o acesso aos serviços de saúde, de educação, de transporte e de lazer.

De forma resumida, os traços principais desta "via oligárquica típica" são os seguintes:

- o crédito governamental valorizou artificialmente as terras agrícolas, o que contribuiu para romper o circuito tradicional da produção algodoeira/pecuária que caracterizava a estrutura oligárquica mercantilista;

- esta ruptura favoreceu a expansão fundiária em dois níveis: a centralização da propriedade que se manifesta na posse de várias explorações por um mesmo proprietário e a substituição da produção algodoeira pela criação extensiva de gado;

- ao mesmo tempo, essa ruptura foi essencialmente ambígua: de um lado, permitiu aos grandes proprietários agrícolas reduzir os riscos do mercado e os riscos climáticos ligados à atividade algodoeira e, de outro lado, trouxe o germe da auto-destruição do poder oligárquico rural, em razão da expulsão dos antigos trabalhadores fixos no latifúndio;

- a mobilização dos trabalhadores expulsos e as pressões para regularizar as condições jurídicas da exploração do trabalho bloquearam o funcionamento do sistema clientelista rural e, igualmente, invalidaram seu sistema de sanções fundado na utilização legítima da força física pelos antigos coronéis para estabelecer a ordem.

Via Oligárquica Transformada

Esta via compreende os projetos de modernização criados nas zonas de fronteira agrícola do Nordeste – principalmente nas regiões distantes dos grandes estados como Bahia, Maranhão e Minas Gerais – que não dispunham de uma estrutura sócio-econômica efetiva até os anos sessenta.

O crédito agrícola, junto com a oferta de terras públicas a baixo preço e a existência de terras sem regularização jurídica – embora ocupadas há muito tempo por pequenos produtores – chamou a atenção de investidores de outras plagas. No caso das fronteiras da Bahia e de Pernambuco, uma fração importante dos novos "pioneiros" da modernização foi membro das oligarquias açucareiras tradicionais de Pernambuco e dos grandes comerciantes ligados aos setores de serviços modernos, como o comércio de automóveis.

No caso da fronteira de Minas Gerais, estado tradicionalmente conhecido pela produção de leite e carne, a ocupação das terras da fronteira regional suscitou o interesse de grandes fazendeiros e de grandes empresários urbanos ligados à construção civil.

Num caso como no outro, o empreendimento modernizador nas regiões

de fronteira manifesta-se por um movimento de concentração fundiária visível a olho nu para o observador externo e pela existência de explorações de grandes dimensões, entre dez e vinte mil hectares. No caso do estado do Maranhão, por exemplo, onde o governo local criou um organismo especial para a venda das terras públicas a preços baixos, constata-se a existência de terras de dimensões até superiores.

A característica central desses projetos reside na implantação de um poder do tipo oligárquico onde não existia anteriormente uma sociedade patrimonialista organizada. Trata-se, sem dúvida, de uma via oligárquica transformada e relativamente próxima da lógica moderna de mercado em razão dos riscos a que se sujeitaram estes proprietários por ocasião do desenvolvimento de seus projetos – seja de somas consideráveis de dinheiro investido, seja pela exigência de uma produtividade econômica mínima.

O engajamento destes empresários na lógica utilitarista ligada ao mercado é, todavia, problemática, como prova a importância concedida à criação extensiva de gado, cujas “virtudes” especulativas já foram anteriormente assinaladas. A frágil divisão do trabalho existente nesta atividade econômica explica, também, por que um número elevado destes empresários, indivíduos ou firmas, não tinham nenhuma experiência na gestão de projetos desta natureza. No entanto, souberam muito bem calcular que os riscos de perda financeira eram muito inferiores em relação às inúmeras possibilidades de ganhos rápidos que permitia esta atividade de pilhagem ecológica e enriquecimento especulativa. Às vezes, os riscos financeiros eram mesmo nulos. Como foi o caso em que empresários apresentavam à SUDENE projetos técnicos baseados em cálculos financeiros superdimensionados, o que lhes permitia eliminar, de saída, a parte do financiamento que lhes cabia (aproximadamente 40% do custo do projeto).

Afora as características gerais dessas empresas de fronteira, observam-se certas diferenças de imaginário na gestão dos projetos desenvolvidos em Minas Gerais e na Bahia e no Maranhão. Os mineiros são, freqüentemente, mais preocupados que os pernambucanos em introduzir tecnologias suscetíveis de elevar a produtividade agrícola e em basear sua produção em critérios de qualidade do pasto, de seleção do gado e de novas formas de gestão do trabalho. Isto se explica por diferenças culturais e históricas entre uns e outros, as oligarquias fundiárias e os empresários urbanos de Minas Gerais são mais vinculados ao funcionamento do mercado no sudeste, mercado de tipo moderno que conheceu um grande desenvolvimento no século XX, com o processo de industrialização. As oligarquias açucareiras de Pernambuco são, ao contrário, em inúmeros casos, formadas por clãs tradicionais ligados de maneira quase obsessiva à terra, considerada como a principal fonte de prestígio e de reconhecimento político e social. Suas relações com o mercado foram sempre marcadas pelo jogo especulativo, com os comerciantes exportadores em uma primeira fase e, em seguida – a partir de 1930 – com o Estado, que chamou a si o controle, sempre problemático, da produção e comercialização do açúcar.

Estas diferenças são nítidas em relação à gestão do trabalho não especializado. Os mineiros oferecem melhores condições de vida aos trabalhadores temporários (habitação, serviços de saúde e educação). Concedem, também, uma certa importância às demandas dos trabalhadores com relação ao exercí-

cio de seus officios, que eles consideram como necessários ao aumento da produtividade do trabalho. Por sua vez, os pernambucanos demonstram, em geral, um grande desprezo em relação ao trabalho manual, sentimento que se explica pela força simbólica provinda dos antigos valores escravistas no imaginário das oligarquias açucareiras atuais. Os trabalhadores livres de hoje em dia são ainda considerados, por alguns patrões, da mesma maneira como o eram, antigamente, os escravos, como pessoas preguiçosas, pouco inteligentes e tendo pouca disposição para o trabalho agrícola.

A preparação das novas terras para o pasto permitiu o surgimento de uma atividade econômica paralela, a da derrubada de matas, utilizadas frequentemente para a produção de carvão vegetal ou para a comercialização. A expansão desta atividade extrativa contribuiu para os graves problemas ecológicos que o país conhece desde os anos setenta.

Nestas zonas, predominam os trabalhadores assalariados temporários que não têm qualquer relação jurídica direta com os empresários – suas contratações sendo mediatizadas por terceiros. Eles são ligados às tarefas as mais diversas.

Tendo em vista as más condições de trabalho e a ausência de organizações sindicais fortes, os conflitos sociais nestas zonas de fronteiras assumem, frequentemente, formas muito violentas, marcadas por assassinatos e perseguições de líderes e de padres da Igreja Católica, quando esta existe no local. Estes conflitos eclodem, geralmente, por ocasião da delimitação jurídica das terras ocupadas há muito tempo pelos posseiros.

Os principais traços deste tipo de modernização são os seguintes:

- o crédito governamental valorizou terras pouco povoadas e que não tinham, até então, sido exploradas de maneira sistemática – as terras de fronteira agrícola;

- esta valorização favoreceu uma enorme concentração fundiária e a constituição de grandes explorações rurais a partir da apropriação de terras públicas compradas a baixo preço e terras ocupadas por posseiros;

- a implementação desta lógica especulativa fundada no binômio crédito/terra tornou-se possível pela introdução da pecuária extensiva, que exige pouco trabalho humano e investimento, sem necessitar de uma maior competência técnico-administrativa;

- o controle de enormes superfícies de terras reforçou o poder dos grandes proprietários fundiários, estas novas oligarquias agrárias todo-poderosas que são a base política da UDR – a organização que fez fracassar os grandes projetos de reforma agrária do governo central nos anos oitenta;

- esta monopolização dos recursos da modernização agrária – sobretudo o crédito e as terras – pelas oligarquias, retirou dos trabalhadores toda possibilidade real de aproveitar a abertura de fronteiras agrícolas. A principal consequência foi o êxodo rural de milhares de famílias camponesas, privadas do acesso às terras produtivas, para a periferia das grandes cidades.

Via Capitalista Oligárquica

Esta via compreende os projetos de modernização desenvolvidos nas

zonas próximas dos centros urbanos regionais relativamente importantes e/ou ligadas aos mercados locais e extra-locais através de redes rodoviárias estáveis, onde já existiam outras atividades econômicas: algodão, cacau, abacaxi, etc ... e também um pouco de pecuária.

O crédito da modernização atraiu um amplo leque de indivíduos e de empresas: representantes das antigas oligarquias fundiárias que conseguiram se adaptar à lógica calculista do mercado; empresas importantes de origem regional ou extra-regional e mesmo internacional como, por exemplo, a multinacional Nestlé, interessada na produção de frutos tropicais como abacaxi, e sua transformação para o mercado regional (suco de frutas, doces, sorvetes, etc.).

Um dos traços comuns a estes empresários é o de terem uma lógica de raciocínio próxima, sob certos aspectos, daquela dos empresários de países avançados, cujos comportamentos são regulados pelo jogo utilitário e interessado do mercado econômico: obsessão do ganho, aceitação do risco e a busca, constantemente racional, do lucro, o que se reflete no nível da tecnologia utilizada na produção agrícola e no nível das técnicas de gestão do trabalho.

Este tipo de empresário é aquele cujo perfil mais se aproxima do "modelo ideal" concebido pela imaginação tecnocrática dos "planejadores do desenvolvimento". No entanto, eles são pouco numerosos e não dispõem de muito crédito, comparativamente ao volume global destinado à pecuária. A importância da política de modernização no sucesso destas zonas deve, independentemente do programa, estes empresários locais eram já afeitos aos princípios da economia de mercado. A modernização certamente acelerou e reforçou a força da lógica calculista, acelerou o processo, mas não o criou.

A presença – secundária – da razão patrimonial mercantilista observa-se ao nível dos efeitos induzidos pelo agenciamento particular dos dois termos (crédito e terra): violência, acompanhando a expulsão dos antigos foreiros, por ocasião da delimitação das terras, e más condições de vida e de trabalho para a população. É aqui que se pode detectar a sobrevivência da potência patrimonialista que caracteriza a reprodução do poder oligárquico tradicional.

Esta via oligárquica capitalista é caracterizada pela predominância absoluta das relações assalariadas. Todavia, encontram-se casos curiosos onde predominam versões modernas da parceria, como nos casos dos projetos de produção de uva nas zonas irrigadas pelo rio São Francisco ou então nos projetos de produção associada de borracha e cacau no litoral da Bahia. No primeiro caso, a empresa, à procura de mecanismos de gestão agrícola mais "racionais", distribuiu pequenos pedaços de terra aos empregados qualificados nas zonas situadas na fronteira da propriedade. Esta concessão favoreceu as ligações de submissão dos empregados ao patrão. No segundo caso, após uma série de conflitos com os trabalhadores assalariados, a empresa decidiu restabelecer uma versão moderna do sistema de parceria que impõe ao trabalhador e à sua família a submissão a certos critérios de eficácia na organização do trabalho. O que reforçou, tanto num quanto no outro caso, as práticas clientelistas necessárias à manutenção do poder dominante em um certo contexto político tumultuado por fortes conflitos sociais.

De uma maneira geral, as condições de vida dos trabalhadores melhora-

ram. As habitações populares são equipadas de eletricidade, de água e banheiros. Algumas empresas oferecem a seus empregados serviços de saúde, de educação e equipamentos de lazer. Apesar disso, os conflitos sociais são mais fortes nestas zonas. Os líderes sindicais denunciam frequentemente os procedimentos autoritários dos patrões que impedem os sindicatos organizados – que defendem a legalização das condições de trabalho – de penetrar nos limites das propriedades. Uma grande parte destes conflitos situa-se em torno da questão da posse da terra e pode ser classificado em dois tipos: aqueles resultantes da tentativa de expulsão pela força física e aqueles resultantes da “expulsão branca”. Nos dois casos, a empresa, na impossibilidade de expulsar os trabalhadores, busca limitar suas condições de sobrevivência, e de sua família, pela aplicação de estratégias as mais diversas, como a proibição de atravessar a grande propriedade à procura de água ou então para encurtar o caminho em direção ao centro urbano.

Em resumo, os principais traços desta via capitalista oligárquica são os seguintes:

- o crédito governamental sobrevalorizou as terras que, na maior parte dos casos, já eram valorizadas pela existência de atividades econômicas diversificadas e voltadas para o mercado urbano;

- esta sobrevalorização das terras, aliada ao crédito, favoreceu, ao mesmo tempo, a existência de um imaginário mais “burguês” e de uma razão calculista na gestão econômica dos projetos, e de um outro imaginário mais oligárquico e especulativo ao nível das relações de poder que fundam a empresa modernizante;

- apesar dos sinais de uma razão aparentemente utilitária no funcionamento da economia de mercado, não se pode concluir pela existência de uma sociedade moderna de mercado, pois o poder oligárquico continua a inspirar e a fundar o processo de instituição do social.

Do Progresso da Agricultura às Virtudes da Democracia: Uma Conclusão Provisória. . .

Para fazer um balanço, tanto teórico quanto político, da modernização agrária no Nordeste, é necessário uma digressão sobre a importância de um símbolo-chave que balisou a construção do imaginário “desenvolvimentista”: o “progresso”.

Desde o início da República, todo o pensamento que guiou o movimento da constituição de uma “sociedade nacional” no Brasil foi marcado por uma representação imaginária do sócio-histórico como fenômeno regido por regras objetivas, inelutáveis, irreversíveis, evolutivas, ou seja, positivas no verdadeiro sentido da palavra.

Durante a primeira parte do século XX o símbolo “progresso” manifestou-se sobretudo através do esforço de construção de uma identidade cultural, étnica, lingüística, territorial e religiosa considerada decisiva para a organização de um poder e de uma sociedade nacionais. A vida política e cultural era, então, marcada pela procura do nacionalismo moderno.

Após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a partir dos anos cinquenta o símbolo "progresso" investiu significativamente o mito do "desenvolvimento econômico". No contexto de dependência do Brasil aos países avançados não se tratava de criar uma modernização "cultural" mas sim de fundar uma modernização "econômica". O imaginário "nacional-modernista" foi, então, substituído pelo imaginário "nacional-desenvolvimentista". Concretamente, isto se traduziu pela implantação de uma estratégia planejada pelo Estado visando a transformar as atividades econômicas existentes. Esta estratégia era legitimada, no plano ideológico, pela pressuposição de que ela resultaria necessariamente na constituição de uma sociedade moderna inspirada no exemplo do "Primeiro Mundo".

A reforma agrária constituía um dos pilares desta estratégia de transformação da agricultura tradicional e, particularmente no Nordeste, era a sua mira central. Tal como era então pensada pelos teóricos da modernização, a reforma agrária tinha um conteúdo muito pouco subversivo no sentido de que ela deveria se restringir a uma reforma parcial da estrutura econômica que permitiria, por sua vez, o crescimento da "felicidade" de todos, patrões e trabalhadores. Na perspectiva dos economistas que a impulsionavam, tal concepção deveria atrair a simpatia das oligarquias, o aumento da produtividade podendo ser, segundo eles, uma fonte de maior lucro e bem-estar para todos. Nada de mais equivocada: a oposição das oligarquias fundiárias à idéia da reforma agrária foi violenta.

A questão, na realidade, tinha outras implicações práticas que ultrapassavam os limites do imaginário (tecnocrata) daqueles que queriam planificar o desenvolvimento regional. De fato, numa conjuntura de intensas mobilizações populares, a idéia de reforma fundiária, pressuposto central da reforma agrária imaginada, tocava diretamente o centro nevrálgico do problema oligárquico, cujo poder era legitimado pelo direito absoluto e particular à posse e uso arbitrário da terra. Para estas oligarquias não existia a questão de discutir a felicidade de todos ou de cada indivíduo abstratamente considerado, mas simplesmente a felicidade de alguns — aqueles que pertenciam à ordem patrimonialista. Também não estava na pauta introduzir critérios de cálculo financeiro para medir os custos da produção e da gestão das atividades econômicas. Na medida em que ela implicava a ruptura dos laços de lealdade e de fidelidade tradicionais, o ideal de uma economia competitiva de mercado proposta pelos planejadores assustava as oligarquias fundiárias que nelas viam apenas um atentado direto à manutenção da ordem do "Príncipe". Sobretudo porque a conformação de uma cultura agrícola baseada em regras simétricas e competitivas, relacionando os indivíduos, tocava no coração da solidariedade holista destas elites. Afinal, ela cortava profundamente os privilégios inscritos nas redes clientelistas que asseguravam, até então, a identidade do poder patrimonialista. Em resumo: a introdução de uma razão calculista moderna de mercado contrariava a supremacia de uma razão arcaica pré-moderna, cuja natureza mercantil reproduzia principalmente a vontade de pilhagem secular das oligarquias fundiárias.

No contexto político de excessão instalado pelo golpe de 1964, a realização das políticas de modernização da agricultura deu ao símbolo "progresso" um sentido politicamente perverso. Pois a idéia de "bem-estar social", valor que

está na base da "economia política desenvolvimentista", foi apropriada pelo processo de "patrimonialização do desenvolvimento" – apropriação generalizada dos recursos públicos aplicados na modernização pelos membros da ordem patrimonialista e mais amplamente pelas oligarquias fundiárias.

Assim, a estrutura agrária atual, fundamento primeiro do que se chama imprecisamente de "capitalismo selvagem", deve ser analisada à luz de um movimento "progressivo" e "evolutivo" (para utilizar uma imagem cara à esquerda intelectual brasileira) que se realiza a partir de dois pólos de pressões contrárias:

O primeiro pólo é constituído pelos atores sociais e políticos que impulsionaram de uma maneira difusa a introdução na sociedade de uma razão utilitarista e calculista que deveria, segundo eles, tornar possível o crescimento da riqueza social, assim como a participação em novas formas de consumo similares às das sociedades avançadas. As lutas políticas organizadas pelos assalariados (sindicatos e partidos políticos), as regras jurídicas impostas pelos tecnocratas para a concessão de créditos e a dinâmica própria do mercado e da sociedade semi-industrial impulsionaram neste sentido.

O outro pólo é aquele constituído pelos membros da ordem patrimonialista modernizados, incluindo os grandes industriais e os banqueiros, que sustentaram a especulação modernizadora sem renunciar à razão patrimonialista e à regulamentação clientelista do poder político.

No caso particular da agricultura brasileira, a análise das vias principais tomadas pela instituição imaginária da modernização agrária no Nordeste faz aparecer este movimento contraditório que se chama de "modernização econômica". Cada uma dessas vias traduz uma forma particular de resistência/submissão/cristão do poder oligárquico face a um outro imaginário de instituição da sociedade – essencialmente estranho à experiência oligárquica. Seus resultados concretos não são a expressão das vias alternativas de constituição da ordem político-institucional "moderna", previstas nos manuais de economia. Os tipos imaginários de modernização, criados na região, sugerem antes que se está em face de uma sociedade "patrimonialista modernizada" e não "moderna", no sentido preciso da palavra.

Entretanto, o movimento de generalização dos conflitos sociais observado atualmente, que toma a forma de luta pela conquista de certos direitos fundamentais da cidadania, dirigido contra a base mesma do poder patrimonialista – como é o caso da luta travada pelos sem-terra – levanta uma outra questão: a de saber se por trás destes novos movimentos sociais existiria em gestação uma terceira alternativa de instituição do imaginário do social fundada sobre o simbolismo comunitário e que se oporia aos dois outros, o utilitarismo capitalista e o semi-utilitarismo patrimonialista arcaico.

Talvez seja justamente a partir da prática democrática – considerada como uma representação imaginária plural e igualitária da vida política – e do reconhecimento da pluralidade das significações da vontade humana como fenômenos distintos mas inerentes e essenciais à realidade sócio-histórica, que se poderá encontrar o caminho que conduz à reavaliação do sentido tomado por esta modernidade. Pois a dinâmica crítica que funda a experiência democrática na gestão do social é a única maneira de fazer avançar o questionamento da

legitimidade do exercício do poder e da posse de privilégios exclusivos por certas camadas da sociedade.

Assim, no caso da modernização agrária nordestina, o aprofundamento da experiência democrática no momento atual pode ser muito útil para esclarecer a discussão sobre os fundamentos meta-sociais que legitimam o exercício de um certo tipo de poder e sobre as bases do direito de propriedade. Tudo isto de maneira a que a sociedade inteira, representada em suas diversas partes, possa compreender, aceitando ou recusando, por que certos indivíduos, famílias e grupos puderam se apropriar de recursos públicos da modernização (terras e crédito) em prejuízo do resto da população. E também para que a sociedade, em seu conjunto, possa, então, rediscutir os novos fundamentos morais e políticos de uma nova criação social.

NOTAS

¹ O uso da palavra "Príncipe" advém da significação simbólica complexa das estruturas de poder tradicionais, em que o grupo politicamente dominante pode se apresentar seja através da pessoa física individual de alguém que incarna uma certa legitimidade transcendental, seja através da pessoa coletiva de uma ordem que divide as tarefas de comando. Isto não é uma novidade da sociologia política, estando presente já na obra de Maquiavel. A respeito consulte-se — **Le Prince**, Paris, Flammarion, 1980, e **Discours sur la première décade de Tite-Live**, Paris: Flammarion, 1985.

² A identidade do poder patrimonialista é assegurada pela distribuição das funções básicas do Estado com os membros da ordem. Sua unidade é garantida pelo modo complexo de regulação das funções estatais baseadas na troca pessoal e na fidelidade. Ver a respeito Paulo Henrique MARTINS — "La sécularisation du pouvoir et le théologico-politique au Brésil" in *Annales du colloque Modernisation et nouvelles formes de mobilisation sociale. Egypte-Brésil (1970-1989)*, Iedes/Cedej, Cairo, 1989.

³ A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi criada nos finais dos anos cinquenta e tornou-se o principal órgão federal encarregado do planejamento do "desenvolvimento regional". Seu principal programa de financiamento foi o "FINOR", um fundo de investimento criado a partir da transferência de recursos financeiros provenientes das regiões mais ricas do país e tomado operacional graças ao mecanismo de isenção fiscal sobre o imposto a ser pago pelas grandes empresas destas regiões. O "FINOR" que substituiu um primeiro sistema de isenção fiscal nomeado 34/18 em 1974, destinou-se a sustentar os projetos industriais e agrícolas. Até 1978 a SUDENE tinha financiado, graças ao FINOR, 756 projetos agrícolas, dentre os quais 354 eram considerados como encerrados.

⁴ O estudo sobre o qual se apóia nossa reflexão teórica a respeito das vias oligárquias é intitulado: "SUDENE-BNB, Pesquisa FINOR-Agropecuário; segmento macro-social" e foi coordenado pelos sociólogos Joge SIQUEIRA e Paulo Henrique W. MARTINS. Encomendado pela SUDENE com o apoio do NEPI/FESP (Núcleo de estudos político-institucionais/Fundação do Ensino Superior de Pernambuco) esta pesquisa foi realizada em 1987, possibilitando a realização de 31 entrevistas repartidas entre os seis (6) estados da região administrativa sob jurisdição deste organismo.

⁵ No estado do Maranhão o governo local fundou, no início dos anos setenta, uma empresa pública chamada COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização), encarregada de "distribuir" terras públicas, cujos tamanhos médios eram em torno de 20.000 ha. Em consequência desta distribuição gratuita, evidentemente contestável, de terras públicas, é fácil encontrar hoje em dia empresas que controlam fazendas gigantescas de 100.000 ha.

ABSTRACT

The oligarchic imagination and agrarian modernization in Brazil:
pillage, appropriation and speculation

The modernization process in agriculture did not lead the country to modernity, as in Europe. Agrarian oligarchies, guided by mercantilist, speculative and dilapidating reason, appropriated themselves of this process, guaranteeing their survival. Capitalist reason thus enters the lands, but in ways and contingencies conditioned by archaic power structures. The state, by its credit policy, is the great promoter of this process. Behind the rhetoric – shared by economists and planners on the left and on the right – of introducing capitalist reason and extinguishing archaic structures, agrarian modernization leads to the reproduction, in different forms, of old oligarchies. The author illustrates his argument with projects financed by SUDENE in Northeastern Brazil.

RESUME

L'imaginaire oligarchique et la modernisation agraire au Brésil:
pillage, appropriation et spéculation

La modernisation agraire, ici, ne mène pas à la modernité, comme en Europe. Les oligarchies rurales, guidées par la raison marchande, spéculative et destructive des ressources humaines et naturelles, se sont appropriées de ce processus, assurant leur survie. La raison capitaliste pénètre ainsi dans les champs, sous des formes et contingences conditionnées par des structures de pouvoir archaïques. L'Etat, par sa politique de crédits, en est le grand promoteur. Sous le discours – partagé par les économistes et planificateurs de gauche et de droite – de l'introduction de la raison capitaliste, la modernisation agraire mène à la reproduction, sous formes diverses, des vieilles oligarchies. L'auteur illustre sa thèse avec une recherche sur les projets financés par SUDENE au nord-est du Brésil.